

DIRETRIZES CURRICULARES DA SOCIOLOGIA: ÊNFASE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ

Valderice Cecília Limberger Rippel¹

Ademir Batista²

Marcos Roberto Mesquita³

Resumo: A Escola pública brasileira, nas últimas décadas, passou a atender um número cada vez maior de estudantes oriundos das classes populares. Ao assumir essa função, que historicamente justifica a existência da escola pública, intensificou-se a necessidade de discussões contínuas sobre o papel do ensino básico no projeto de sociedade que se quer para o país. O intuito desse trabalho é proporcionar uma reflexão sociológica das diretrizes onde se propõe uma reorientação na política curricular com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, com oportunidades que sejam iguais para os indivíduos das diferentes classes sociais.

Palavras-chave: Currículo. Sociologia. Educação.

Abstract: The Brazilian public school, in the last decades, started to attend more and more students from low social classes. By assuming this role, which historically justifies the existence of public school, it has intensified the necessity of continuous discussions about the role of the basic education in the society projects that is desired for the country. This explanation aims to provide a sociological reflection on the guidelines where a reorientation in the curricular policy is provided in order to construct a fair society, with equal opportunities for everybody.

Keywords: Curriculum. Sociology. Education.

INTRODUÇÃO

Assumir um currículo disciplinar significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes da classe menos favorecidas, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte, inclusive a erudita. Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo

contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam, partindo da perspectiva de que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas, presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, nos moldes em que ela se constitui. Nesse sentido, a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação que permitam aos professores e aos estudantes se conscientizarem da necessidade de

[...] uma transformação emancipadora. É desse modo que uma consciência, estrategicamente concebida como alternativa necessária à internalização dominada colonialmente, poderia realizar sua grandiosa missão educativa (MÈSZÁROS, 2007, p. 212).

Um projeto educativo, nessa direção, precisa atender igualmente aos sujeitos, seja qual for sua condição social e econômica, seu pertencimento étnico e cultural e sejam quais forem as suas possíveis necessidades especiais para aprendizagem. Essas características devem ser tomadas como potencialidades para promover a aprendizagem dos conhecimentos que cabe à escola ensinar para todos.

Pensar uma concepção de currículo para a Educação Básica traz, aos professores do estado do Paraná, uma primeira questão a ser enfrentada. Afinal, o que é currículo?

Sacristán (2000, p. 17) fala de impressões que, “[...] tal como imagens, trazem à mente o conceito de currículo”. Em algumas dessas impressões, a ideia de que o currículo é construído para ter efeitos sobre as pessoas, porque fica reduzido ao seu caráter estrutural prescritivo. Nelas, parece não haver destaque para a discussão sobre como se organiza historicamente essa estrutura curricular e, em consequência disso, o modo como às pessoas poderão compreender o mundo e atuar nele:

[...] o currículo como conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo – nível educativo ou modalidade de ensino é a acepção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor; o currículo, também foi entendido, às vezes, como resultados pretendidos de aprendizagem; o currículo como concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes; o currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; o currículo como tarefa e habilidade a serem

dominadas como é o caso da formação profissional; o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução social da mesma (SACRISTÁN, 2000, p. 14).

Essas impressões sobre currículo podem ser consideradas as mais conhecidas e corriqueiras, porém nem todas remetem a uma análise crítica sobre o assunto. Assim, da tentativa de responder o que é currículo, outras duas questões indissociáveis se colocam como eixos para o debate: a intenção política que o currículo traduz e a tensão constante entre seu caráter prescritivo e a prática docente.

Partimos também do pressuposto de que o currículo tem que ser vivenciado em experiências e/ou interesses dos alunos. Esse pressuposto se faz presente no Brasil, destacadamente, em dois momentos: nas discussões dos teóricos que empreenderam, no país, a difusão das ideias pedagógicas da Escola Nova⁴ e na implementação do projeto neoliberal de educação, difundido no documento chamado Parâmetros Curriculares Nacionais.

Fundamentando-se em concepções psicológicas, humanistas e sociais, esse tipo de currículo pressupõe que:

[...] os aspectos intelectuais, físicos, emocionais e sociais são importantes no desenvolvimento da vida do indivíduo, levando em conta, além disso, que terão de ser objeto de tratamentos coerentes para que se consigam finalidades tão diversas, ter-se-á que ponderar, como consequência inevitável, os aspectos metodológicos do ensino, já que destes depende a consecução de muitas dessas finalidades e não de conteúdos estritos de ensino. Desde então, a metodologia e a importância da experiência estão ligadas indissolvelmente ao conceito de currículo. O importante do currículo é a experiência, a recriação da cultura em termos de vivências, a provocação de situações problemáticas. [...] (SACRISTÁN, 2000, p. 41).

Se formos comparar uma concepção centrada num currículo cientificista, toma-se por base a experiência e põe seu olhar na vivência do aluno, a partir de seus interesses e sob responsabilidade da escola que,

[...] nesse contexto, era vista como a instituição responsável pela compensação dos problemas da sociedade mais ampla. O foco do currículo foi deslocado do conteúdo para a forma, ou seja, a preocupação foi centrada na organização das atividades, com base nas experiências, diferenças individuais e interesses da criança (ZOTTI apud DCE, 2008, p.18).

As críticas a esse tipo de currículo referem-se a uma concepção curricular

que se fundamenta nas necessidades de desenvolvimento pessoal do indivíduo, mas em prejuízo da aprendizagem dos conhecimentos histórica e socialmente construídos pela humanidade. Uma vez que essa concepção de currículo não define o papel das disciplinas escolares na organização do trabalho pedagógico com a experiência, o utilitarismo surge como um jeito de resolver esse problema, aproximando os conteúdos das disciplinas das aplicações sociais possíveis do conhecimento.

O currículo como configurador da prática, produto de ampla discussão entre os sujeitos da educação, fundamentado nas teorias críticas e com organização disciplinar, é a proposta destas Diretrizes para a rede estadual de ensino do Paraná, no atual contexto histórico. Não se trata de uma ideia nova, já que, num passado não muito distante, fortes discussões pedagógicas se concretizaram num documento curricular que se tornou bastante conhecido, denominado Currículo Básico⁵. Esse documento foi resultado de um intenso processo de discussão coletiva que envolveu professores da rede estadual de ensino e de instituições de ensino superior. É nesse encaminhamento que posso citar as palavras de Paulo Freire, que diz:

[...] é impossível ensinarmos conteúdos sem saber como pensam os alunos no seu contexto real, na sua cotidianidade. Sem saber o que eles pensam independentemente da escola para que os ajudemos a saber melhor o que já sabem, de um lado, e, de outro, a partir daí, ensinar-lhes o que ainda não sabem (PAULO FREIRE, 1996, p.70).

Nesse sentido, conforme Tomaz Tadeu da Silva (1999, p. 15), toda concepção de currículo está estreitamente inter-relacionada com o tipo de conhecimento (saber) e, mais ainda, com o tipo de ser humano que se quer formar:

No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de "identidade" ou e "subjetividade". Se quisermos recorrer à etimologia da palavra "currículo", que vem do latim curriculum, "pista de corrida", podemos dizer que no curso dessa "corrida" que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos.

Conforme o referido autor (1999, p. 16), além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade, além de uma questão de poder, pois "[...] privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder". Conforme Rubem Alves (1995) trata-se de relações de saber, poder e sabor. Para tanto, Alves (1995, p. 115) nos provoca com uma definição de Roland Barthes: "Sapientia: nenhum poder, um pouco de saber, o máximo de sabor". E, na sua estória intitulada "O Currículo dos Urubus", Rubem Alves (1995, p. 67) conclui: "Talvez, para se repensar a educação e o futuro da Ciência, devêssemos começar

não dos currículos cardápios, mas do desejo do corpo que se oferece à educação. É isto: começar do desejo. Uma pedagogia do corpo!”.

CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Perfazendo uma análise da história da educação no Brasil, constatamos que todo processo educativo se inicia no período colonial, quando começam as primeiras relações entre Estado e Educação, por meio dos jesuítas, que chegaram em 1549, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega. Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos. Todas as escolas jesuíticas eram regulamentadas por um documento, o “Ratio Studiorum”, escrito por Inácio de Loiola. Eles não se limitavam ao ensino das primeiras letras, pois, além disso, mantiveram o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes.

O método jesuítico de ensino funcionou absoluto durante 210 (duzentos e dez) anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a Educação no Brasil, qual seja, a expulsão dos jesuítas pelo Marques de Pombal. Se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

A partir de 1759, com as reformas pombalinas, o ensino passou a ser instituído, sendo os conteúdos baseados nas Cartas Régias, que seriam aulas de Latim, Grego e Retórica, em que cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras. Os professores geralmente não tinham preparação para a função, já que eram improvisados e mal pagos; eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam proprietários vitalícios de suas aulas régias.

O resultado de toda mudança educacional da época foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo dele foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação.

Do período de 1808 a 1821, da permanência de dom João VI junto com a corte portuguesa, pouca coisa mudou na educação brasileira ou, melhor dizendo, nada mudou. A educação, nesse período, tinha uma importância secundária, de menor importância.

Em 1822, D. Pedro I proclama a independência do Brasil e, em 1823, na tentativa de se suprir de professores, institui-se o Método Lancaster de ensino, que funcionava como um ensino mútuo, pelo qual um aluno treinado (decúria) ensinava um grupo de 10 alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor.

Em 1824, outorga a primeira Constituição Brasileira, em que o artigo 179 ditava que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”.

Depois, em 1826, um decreto institui quatro graus de instrução: Pedagogia (escolas primárias), Liceus, Ginásio e Academias.

Em 1827 D. Pedro I cria duas faculdades de Direito no país e, em 1834, por meio de um Ato Adicional à Constituição, determina-se que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835 surge a primeira Escola Normal do país.

EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Como em outros países, a introdução da Sociologia como disciplina curricular é parte do seu processo de institucionalização, ampliando e conformando a comunidade científica pelo reconhecimento no meio acadêmico e o apelo a recursos pedagógicos que promovem sua aceitação social e difusão do conhecimento em nível escolar. Assim, portanto, a sociologia ingressa primeiramente no sistema de ensino em 1891, com a reforma educacional protagonizada por Benjamin Constant e aparece sob o título de Sociologia e Moral, pré-formatado pelo espírito positivista reinante na ciência e na sociedade. Durou apenas um ano como disciplina obrigatória. O seu reaparecimento se dá novamente duas décadas depois, em 1925, quando a Reforma Rocha Vaz passou a exigí-la como conteúdo avaliado nas provas de ingresso às faculdades. Tal exigência, afirma Meucci (2000), fez com que a Sociologia estivesse na grade de disciplinas de nível secundário, implantada em 1925, no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, reconhecidamente modelar entre instituições públicas e privadas.

Também, em meados da década de 1920, a Sociologia integrou o currículo para a formação de educadores primários e secundários dos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. Para dar sustentabilidade à discussão, apresenta-se um quadro resumo, elaborado por Santos e Eliezi, que mostra a sociologia no contexto das reformas educacionais entre 1891 a 2008:

Quadro I – Sociologia no Brasil

1891 -1941 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1891 – A Reforma Benjamin Constant propõe, pela primeira vez no Brasil, a Sociologia como disciplina do ensino secundário.

1901 – A Reforma Epiácio Pessoa retira oficialmente a Sociologia do currículo, disciplina esta que nunca chegou a ser ofertada.

1925 – A Reforma Rocha Vaz coloca novamente a Sociologia como disciplina obrigatória do curso secundário, no 6º ano. Como decorrência dessa Reforma, ainda em 1925, a Sociologia é ofertada aos alunos do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tendo como professor Delgado Carvalho.

1928 – A Sociologia passa a constar dos currículos dos cursos normais de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, onde foi ministrada por Gilberto Freyre, no Ginásio Pernambucano de Recife.

1931 – A Reforma Francisco Campos organiza o ensino secundário num ciclo fundamental de cinco anos e num ciclo complementar dividido em três opções destinadas à preparação para o ingresso nas faculdades de Direito, de Ciências Médicas e de Engenharia e Arquitetura. A Sociologia foi incluída como disciplina obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares.

1933 – Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

1934 – Fundação da Universidade de São Paulo, que conta com Fernando de Azevedo como o primeiro diretor de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e como catedrático de Sociologia.

1935 - Introdução da disciplina Sociologia no curso normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis com o apoio de Roger Bastide, Donald Pierson e Fernando de Azevedo.

1942 – A Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia dos cursos secundários, com exceção do curso normal.

Fonte: Sociologia e Ensino em Debate, 2004, p. 132-142.

Conforme pode ser visualizado no Quadro I, observamos que a presença da sociologia no Brasil nesses períodos citados ocorreu primeiro na educação secundarista e, depois, na educação superior. O que ocorria é que havia uma disputa entre as explicações católicas e jurídicas *versus* as explicações positivistas, evolucionistas e cientificistas, disputa que durou várias décadas. O fato de essa disciplina ser ensinada nas escolas criava um mercado de ideias e por que não, de soluções frente a esses questionamentos, mas o que ocorreu posteriormente é que foram sendo escritos manuais de Sociologia destinados ao ensino, manuais que acabaram por contribuir com a organização e elaboração das teorias e dos métodos sociológicos no Brasil.

Quadro 2 – Sociologia como disciplina obrigatória

(1942-1981) AUSÊNCIA DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

1949 – No Simpósio “O Ensino de Sociologia e Etnologia”, Antônio Cândido defende o retorno da Sociologia aos currículos da escola secundária.

1954 – No Congresso Brasileiro de Sociologia, em São Paulo, Florestan Fernandes discute as possibilidades e os limites da Sociologia no ensino secundário.

1961 – Aprovação da **Lei Federal nº 4.024**, de 20 de dezembro, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada no país. Essa LDB manteve a divisão do Ensino Médio em dois ciclos: ginásial e colegial.

1962 – O Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação publicam os novos currículos para o ensino médio. Neles constavam o conjunto das disciplinas obrigatórias, a lista das disciplinas complementares e um conjunto de sugestões de disciplinas optativas. Sociologia não constava de nenhum dos três conjuntos.

1963 – Resolução nº 7, de 23 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, na qual a Sociologia estaria presente como disciplina optativa nos cursos clássicos, científico e eclético.

1971 – **Lei Federal nº 5.692**, de agosto. Trata-se da Reforma “Jarbas Passarinho”, que torna obrigatória a profissionalização no ensino médio. A Sociologia deixa também de constar como disciplina obrigatória do curso normal.

Fonte: Sociologia e Ensino em Debate, 2004, p. 142-149.

No Quadro 2, observamos a ausência da disciplina de Sociologia nesses períodos e um grande debate em prol do seu retorno. As leis de diretrizes ligadas à educação praticamente excluem a Sociologia na formação geral dos estudantes de nível secundário, o que resultou num grande debate no país, envolvendo grandes especialistas da área.

Nota-se que a educação se apresenta como o processo socializador por excelência, mas depende formalmente da vontade política dos dirigentes, razão por que perduram os avanços e os retrocessos frequentes no processo de adoção da Sociologia no sistema formal de ensino. Excluída das grades curriculares dos cursos secundários, no período da ditadura militar (1964-1984), a Sociologia permaneceu de forma tênue nos cursos de formação para o magistério, tendo recebido denominações diversas e conteúdos diversificados.

Quadro 3 – A reinserção da disciplina de Sociologia

(1982-2001) REINSERÇÃO GRADATIVA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1982 – Lei Federal nº 7.044, de 18 de outubro, que torna optativa para escolas a profissionalização no ensino médio.

1983 – Associação dos Sociólogos de São Paulo promove a mobilização da categoria em torno do “Dia Estadual de Luta pela volta da Sociologia ao 2º Grau”, ocorrido em 27 de outubro.

1984 – A Sociologia é reinserida nos currículos das escolas de São Paulo.

1986 – A Sociologia passa a constar dos currículos das escolas do Pará e do Distrito Federal.

1989 – A Sociologia torna-se disciplina constante da grade curricular das escolas do Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. A Constituinte mineira e a fluminense tornam obrigatório o ensino de Sociologia.

1996 – Nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro, na qual, os conhecimentos de Sociologia e Filosofia são considerados fundamentais no exercício da cidadania.

1997 – A Sociologia torna-se disciplina obrigatória do vestibular da Universidade Federal de Uberlândia.

1998 – Aprovação do Parecer nº 15, de 1º de junho, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), nas quais os conhecimentos de Sociologia são incluídos na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

1999 – Ministério da Educação lança os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM) que trazem as competências relativas aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

2000 – No novo currículo das escolas públicas do Distrito Federal, a Sociologia aparece como disciplina obrigatória das três séries do ensino médio, com carga semanal de duas horas-aula.

2001 – Vetado pelo Presidente da República, o projeto de lei do deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores do Paraná, que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas.

2001 – Veto presidencial em apreciação no Congresso Nacional.

2003 – Inicia-se nova equipe no MEC e nas secretarias de ensino médio e ensino profissionalizante (Governo de Luiz Inácio Lula da Silva – LULA, 2003-2006). UEL introduz Sociologia nas Provas do Vestibular.

2004 – Forma-se uma equipe para rever os PCNEM. O MEC solicita às sociedades científicas a indicação de intelectuais ligados ao ensino para

reformularem os PCNEM. Amaury Moraes (e sua equipe) inicia a elaboração das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Sociologia.

2005 – Amaury Moraes elabora o Parecer que questiona as DCNEM e encaminha ao MEC que encaminha ao CNE. Cria-se o Grupo de Trabalho GT Ensino de Sociologia na Sociedade Brasileira de Sociologia e ocorrem duas sessões especiais sobre as questões do ensino no Congresso em Belo Horizonte.

2006 – O CNE analisa a matéria e vota favorável ao Parecer e à mudança das DCNEM, tornando a Filosofia e a Sociologia componentes ou disciplinas curriculares obrigatórias em ao menos uma série do Ensino Médio.

2007 – Vários estados da federação questionam essa medida junto ao CNE e aguardam o debate antes de implementarem; foram os casos de SP e do RS. A maioria dos estados continuou a implantação da disciplina, elaborando diretrizes curriculares estaduais, realizando concursos públicos para professores de Sociologia e estruturando materiais didáticos. A SBS realiza, junto com a USP, o 1º Seminário Nacional de Ensino de Sociologia, nos dias 28 de fevereiro a 2 de março, na Faculdade de Educação da USP. Cria-se a Comissão de Ensino de Sociologia no Congresso da SBS em Recife e mantém-se o GT Ensino de Sociologia, entre outras tantas atividades. O Sinesp e a Apeosp organizam o 1º Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia e de Filosofia, em julho, em São Paulo, com a participação de cerca de 800 pessoas. UFPR introduz Sociologia nas provas do Vestibular. A Editora Escala cria a Revista mensal Sociologia: Ciência & Vida, revista vendida na maioria das bancas do país.

2008 – Diante das resistências de alguns estados, inclusive do mais rico do país, São Paulo, em acatar a mudança das DCNEM, o Sindicato dos Sociólogos de São Paulo – Sinesp liderou mais um movimento de pressão pela aprovação da lei que obriga o ensino de Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio, no Congresso e Senado Federal. Em 2 de junho de 2008, o Presidente da República em exercício, José de Alencar, assinou a Lei Federal nº 11.684. A UFRN, com o apoio da SBS, realiza o 1º Seminário Nacional de Educação e Ciências Sociais, nos dias 18 e 19 de abril, em Natal. A FE-UFRJ, com o apoio do MEC e SBS, realizou o 1º Encontro Estadual sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica, no Rio de Janeiro, em 19 a 21 de setembro de 2008. A FCS da UFG realizou o 5º Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2008.

2009 – O CNE regulamenta o modo de implantação da Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio pela Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009, ordenando que se conclua a efetivação dessa medida até 2011. A SBS realiza

o 1º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, nos dias 25 a 27 de julho, na UFRJ (participação de cerca de 300 pessoas) e mantém o GT Ensino de Sociologia no seu Congresso bianual, realizado na sequência e que comemorou os 60 anos de existência da entidade. A FCS da UFG realizou o 6º Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2009.

Embora no período seguinte, de 1942 a 1964, registramos uma inflexão da Sociologia nas escolas secundárias, os espaços de pesquisa e ensino nas universidades e centros de investigação que foram criados e patrocinados pelos governos estadual e federal e por agências internacionais continuaram sendo ampliados. Nogueira (1981, p.181-234) considera que, de 1930 a 1964, ocorreu a formação da comunidade dos sociólogos. Meksenas (1995) destaca que, de 1925 a 1941, vivemos os anos dourados da Sociologia. De fato, então, podemos afirmar que todo esse contexto dos anos de 1930 a 1964, com a expansão do capitalismo, urbanização e industrialização, provocou mudanças profundas nos sistemas simbólicos e seus aparatos culturais e educacionais.

Fonte: Sociologia e Ensino em Debate, 2004, p. 150-161.

No Quadro 3 já verificamos uma discussão mais acirrada em torno da disciplina. Isso se dá em decorrência do crescimento do volume de informações em consequência das novas tecnologias, que colocam como parâmetro para a formação dos cidadãos um ensino voltado não para a acumulação de conhecimentos, mas para a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de conhecimento.

Essas mudanças abriram possibilidades para a formalização das Ciências Sociais/Sociologia. Essa continuidade na ampliação dos processos de solidificação da Sociologia como ciência, como espaço de formação nos cursos de graduação e de pós-graduação se estendeu também durante as duas décadas de ditadura militar e, após, com a redemocratização. Há, contudo, que se pensar em como as condições para essa expansão foram potencializadas nos anos dourados (1925 a 1941).

O período em que a Sociologia existia como disciplina em cursos não especializados e na Escola Secundária não teria criado as condições para sua formalização como ciência? Os estudos de Meucci (2000) ajudam-nos a evidenciar essa hipótese, pois, tanto na dissertação de mestrado como na tese de doutorado, eles trazem dados fundamentais desse processo.

As idas e vindas da Sociologia nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio constituem-se em um amplo objeto de estudos e em um programa

de investigações ainda em fase de estruturação no campo de pesquisas da educação e das Ciências Sociais. Dessa forma, muitas afirmações sobre o ensino de Sociologia nos diferentes períodos da história da educação são, ainda, hipóteses e pistas para aprofundamentos teóricos e empíricos em frentes de investigações que tragam mais subsídios para a compreensão mais próxima possível da realidade do que foi e do que tem sido praticado como ensino das Ciências Sociais/Sociologia. De fato a sociologia no Brasil se deu na área da educação com o objetivo de formação de profissionais na Educação. Em todas as reformas feitas no Ensino e nos currículos, a disciplina apenas permanecia nos cursos médios de magistério, sendo o nome nas matrizes curriculares de Sociologia da Educação. Como afirma Gomes, “A Sociologia no Brasil se institucionalizou pela mão do educador” (GOMES, 1985, p. 517).

Vale salientar que o retorno da Sociologia nos anos 2000 teve algumas características; a disciplina era vista como desnecessária desconhecida entre os alunos e professores de outras disciplinas, não fazia parte das disciplinas que recebiam livro didático. Esta situação dos livros passou por mudanças em 2012, quando a Sociologia e a Filosofia passaram a ter livros didáticos. No Estado de São Paulo, até 2011, a Sociologia possuía apenas uma aula por semana em cada série do ensino médio, isso se modificou a partir de 2012 com o estabelecimento do dobro de aulas por série.

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARANÁ.

Entretanto, conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas. Cabe lembrar que, como vem ocorrendo a legalização e a legitimação, isso possibilita uma postura mais comedida diante do processo, postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, às mudanças curriculares e às alterações na conjuntura política do país e dos estados. Além disso, é sensato admitir que temos que estruturar as áreas de metodologia e estágio nos departamentos de educação e de ciências sociais nas instituições de ensino superior para garantir a formação inicial e continuada dos professores. Nós temos que multiplicar a produção de materiais didáticos, negociar concursos públicos para professores licenciados na área, desenvolver a pesquisa sobre o ensino da Sociologia, entre outras tarefas.

Com a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/1996), abriram-se perspectivas para a inclusão da Sociologia nas grades curriculares, uma vez que, em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, a lei expressa a importância do “domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários

ao exercício da cidadania". Mesmo assim, contudo, durante a sua regulamentação, o seu sentido foi alterado. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio apresentaram como proposta o tratamento interdisciplinar dos conteúdos de Sociologia, esvaziando sua especificidade e o caráter de obrigatoriedade. Esta nova derrota para o ensino da Sociologia impulsionou uma série de discussões e propostas de ações para reverter a situação em diferentes estados, visto que a obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio não estava garantida.

O Conselho Nacional de Educação aprovou com base na Lei Federal nº 9.394/1996, a inclusão da Filosofia e Sociologia no Ensino Médio e, a partir de 2007, os Conselhos Estaduais de Educação deveriam regulamentar a oferta dessas aulas. No dia 2 de junho de 2008 é aprovada a alteração do artigo 36 dessa lei, através da Lei Federal nº 11.684/2008, aprovada em 2/6/2008, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº 22/2008, de 8/10/2008 responde à consulta sobre a implantação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Currículo do Ensino Médio.

No Estado do Paraná, sua regulamentação se deu através do Processo nº662/2008, que culminou na Deliberação nº 03/2008, aprovada em 7/11/2008 pelo Conselho Estadual de Educação, que ditou as Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão obrigatória das referidas disciplinas na matriz curricular do Ensino Médio nas instituições do Sistema de Ensino do Paraná.

A LDB de 1996 estabelece que os conteúdos de Sociologia no Ensino Médio têm como finalidade a construção da cidadania do educando, sem especificar o lugar dessa disciplina ou de seus conteúdos na estrutura curricular. Esperava-se que, através da sinonimização entre conhecimentos de sociologia e construção da cidadania, o educando poderia construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno.

Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderia se perceber como elemento ativo, dotado de força política e de capacidade para transformar o espaço social em que está inserido em um modelo mais justo e mais equilibrado. É, no entanto, só com o Parecer CNE n.º 38/2006 que surge a obrigatoriedade da implementação real da Sociologia em todo o Ensino Médio em âmbito nacional. A partir de agora, apoiada no que preconizam os PCNs e OCNs, as escolas poderão dispor da Sociologia como mais uma ferramenta teórico-metodológica no projeto politicopedagógico, ao assumirem o seu papel como uma das instituições sociais responsável pelas mudanças da sociedade.

Como apontam as Orientações Curriculares Nacionais - OCNs, a partir do processo histórico da sociologia no Ensino Médio passa-se a dispor de alguns argumentos para reflexão, conforme a seguir:

[...] a disciplina de Sociologia tem uma historicidade bastante diversa de outras disciplinas do currículo, tanto em relação àquelas do campo das linguagens como em relação às ciências humanas, mas sobretudo das ciências naturais. É uma disciplina bastante recente – menos de um século, reduzida sua presença efetiva à metade desse tempo, não se tem formado uma comunidade de professores de sociologia no Ensino Médio, [...] de modo que o diálogo entre eles tenha produzido consensos a respeito de conteúdos, de metodologias, recursos etc. [...], o que está bastante avançado nas outras disciplinas. Essas questões já poderiam estar superadas se houvesse continuidade nos debates, o que teria acontecido se a disciplina nas escolas não fosse intermitente (ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS, 2006, p.103-104).

O que merece destaque é que sempre nos conteúdos de Sociologia estão presentes temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo, preocupações com a vida comunitária, partidos políticos e eleições. A questão não se centra nos temas, mas na relação que o professor consiga estabelecer entre eles, os conceitos e as teorias, desenvolvendo uma leitura desnaturalizada e historicizada dos fenômenos sociais. Assim, a Sociologia pode contribuir, em sua especificidade, na preparação para a cidadania. Como sugestão de método e conteúdos da Sociologia, podemos citar o Processo de nº 662/2008, do Conselho Estadual de Educação – CEE/PR, que afirma:

Como já exposto, a sociologia para o ensino médio ainda não se consolidou como disciplina, bem como não chegou a um conjunto mínimo de conteúdos sobre os quais haja unanimidade. Assim, se considerarmos dez currículos existentes em escolas, certamente encontraremos poucos tópicos comuns e, ainda assim, com tratamentos diferentes. O exemplo clássico é o tratamento que se dá para um item comum como “Introdução à Sociologia” - que consiste na definição da ciência, seu objeto e principais temas ou conceitos, apoiados nos clássicos: Marx, Weber, Durkheim. (DELIBERAÇÃO nº 03/08, CEE, p. 12).

Ainda podemos citar como referencial aos conceitos:

Muitas vezes utiliza-se desses referenciais como pano de fundo, ao longo de um curso inteiro, como se tais autores fossem complementares e obrigatórios, quando se sabe que há entre eles possíveis interseções, quer quando tratam do mesmo objeto, quer quando se referem aos mesmos conceitos. Outras vezes são apresentados como opostos e diversos; em uma terceira situação esse item do programa contém “releituras” contemporâneas, a partir de autores que acrescentaram outros modelos explicativos acerca de novos

fenômenos sociais. Assim, dependendo do recorte teórico-metodológico que se faz, definem-se quais autores são obrigatórios, ou não. (DELIBERAÇÃO nº 03/08, CEE, p.12).

A Sociologia não desenvolveu ainda uma tradição pedagógica, havendo insuficiências na elaboração de reflexões sobre como ensinar as teorias e os conceitos sociológicos, bem como dificuldades na delimitação dos conteúdos pertinentes ao Ensino Médio. Por ter se mantido como disciplina acadêmica nos currículos de Ensino Superior, a tendência tem sido a reprodução desses métodos, sem a adequação necessária à oferta da Sociologia para os estudantes do Ensino Médio.

A trajetória do ensino da Sociologia, tanto em nível estadual quanto nacional, caracterizada por descontinuidade e desvalorização, deixou marcas que dificultam a consolidação dessa disciplina no currículo escolar. No âmbito institucional, projetos e parcerias que contemplem atuação conjunta e mais integrada dos cursos do Ensino Médio e as licenciaturas em Ciências Sociais existentes no Estado do Paraná trariam vitalidade intelectual a ambos os níveis de ensino.

No que se refere ao Estado do Paraná, ocorreu um concurso público para professores de Sociologia e publicaram-se as Propostas de Conteúdos de Sociologia em 1994 e 1995. Assim, observou-se a produção de diretrizes curriculares, livros didáticos, dissertações de mestrado e artigos sobre esses processos. Tais iniciativas ajudaram a elaborar mais problemas e desafios para o ensino de Sociologia. Obrigaram agentes das universidades a se dedicarem a essa temática, notadamente à formação de professores para o Ensino Básico e à assessoria junto às secretarias de Estado, junto ao MEC, entre outros. Novamente, a equipe disciplinar do Departamento de Educação Básica, em conjunto com os professores, fez revisões nas Diretrizes Curriculares de Sociologia de 2006 e publicou uma nova e ampliada em 2009. Também revisou o Livro Didático Público de Sociologia, escrito por vários professores da rede de ensino e publicado em 2006.

Todo esse processo de discussões foi sistematizado a partir de discussões realizadas nos encontros descentralizados chamados de DEB-Itinerante nos diferentes Núcleos Regionais de Educação no Estado do Paraná, que culminou então numa proposta de organização das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino nas diversas disciplinas e principalmente na Sociologia.

Com relação ao livro didático público de Sociologia adotado no Estado do Paraná, fato que é um grande avanço, ele é intermediário, ou seja, enquanto em alguns pontos ele é bastante interessante, em outros é demasiado extenso, e em alguns temas é significativamente vago, devendo o professor complementar a abordagem com outros conteúdos. Vale ressaltar que esse livro foi resultado do

trabalho coletivo de educadores, pois foi elaborado para atender à carência histórica de material didático no Ensino Médio, como uma valorização da prática pedagógica e dos anseios de nossos estudantes.

Em relação aos professores, embora tenha havido o concurso público, na maioria das escolas ainda persiste a situação de docentes sem a devida formação, isto é, a grande parcela desses profissionais da educação não possui formação específica em Ciências Sociais, sendo oriunda de outras áreas do conhecimento, principalmente da Pedagogia, da História e da Geografia. Esse quadro de professores não qualificados está presente não apenas na rede de ensino do Estado do Paraná como também na de outros estados. Outro fato a destacar é a questão da formação. Há, de fato, um esvaziamento do contingente de pessoas interessadas em concluir a Licenciatura em Ciências Sociais e atuar como docentes. O esvaziamento ocorre diante da situação em que o professor de Ensino Médio se encontra, com baixos salários e péssimas condições de trabalho. Mesmo diante desses fatos, a disciplina de Sociologia, não só no Estado do Paraná, como em outros entes federados, deve muito a esses professores que abraçaram a causa com muito afincamento e determinação, não deixando que a disciplina mais uma vez viesse a sair fora dos currículos em virtude da falta de profissionais na área para o conhecimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para dar início à conclusão, não poderíamos deixar de citar Karl Marx (1980), que escrevera, no século XIX, que os homens fazem sua própria história, mas que não a fazem como querem; fazem-na sob circunstâncias com que se defrontam diretamente. De certo modo, Marx tinha razão, pois, mais uma vez estamos fazendo história. Trata-se de uma história de luta pela introdução dessa disciplina nos currículos das escolas de nosso país, disciplina que vem consolidar uma base humanista no que tange aos conhecimentos adquiridos pelos nossos jovens, pois um dos objetivos fundamentais da educação, como direito de todos e dever do Estado e da Família, consiste na preparação para o exercício da cidadania, na qualificação para o trabalho e no pleno desenvolvimento do educando, conforme estabelece o artigo 205 da Constituição Federal.

O indivíduo é a soma daquilo que adquire ao longo de sua formação. A escola hoje vem obstruindo a experiência do pensar. Atualmente, mesmo vivendo na era da informação, as pessoas não têm o hábito da leitura. A escola é um espaço privilegiado de expressão, de criação e de reflexão sobre valores e ideias de uma sociedade e a expectativa social tem sido de que ela se torne de formação do indivíduo, não mais apenas de informação. Assim, portanto, a sociologia é uma disciplina que sempre esteve relacionada à situação política e social do país; seus

precursores a viram como uma ciência que poderia ajudá-los a analisar e a entender a sociedade.

Conforme o próprio texto dos PCNs, é uma das finalidades centrais da Sociologia no ensino Médio, é “A construção da cidadania do educando”. O que verificamos em nossas investigações é, porém, que as dificuldades que envolvem a disciplina, nesse nível de ensino, impedem a concretização de seus propósitos básicos. Assim, portanto, uma proposta consistente no processo pedagógico de elaboração do conhecimento escolar consistirá numa construção social que gerará possibilidades de autonomia e de amadurecimento intelectual de professores e de alunos.

Com certeza esses conteúdos, sendo trabalhados de forma a contribuir para ampliar a visão de mundo do sujeito como cidadão, assume um papel fundamental na sua formação. Analisando também as diretrizes curriculares de nosso estado, observei que, no projeto de trabalho, a metodologia é uma das partes fundamentais da proposta, uma vez que se propõe um trabalho coletivo, em que a primeira questão a ser considerada é a escolha da temática a ser desenvolvida.

Hernández afirma que “[...] o ensino através de um Projeto de Trabalho não é uma metodologia didática, e sim uma maneira de entender o sentido da escolaridade baseado no ensino para a compreensão” (1998, p. 86). A finalidade do ensino, portanto, é possibilitar a compreensão dos problemas investigados e, ao final, propor hipóteses e apresentar soluções.

Diante destes desafios, acreditamos que o professor de Sociologia tem um importante papel a cumprir na escola. Como sociólogo ou mesmo o professor sem a devida formação para a disciplina, ao buscar compreender quem são os jovens alunos que chegam ao Ensino Médio, contribui assim para que a comunidade escolar desnaturalize a visão que possui dos alunos, superando preconceitos e estereótipos, compreendendo-os como sujeitos sociais com demandas e necessidades próprias. Mas também como docente, ao fazer do jovem a sua realidade objeto de pesquisa e análise nas aulas de Sociologia, propondo inicialmente desenvolver uma análise sobre a condição juvenil no Brasil, discutindo em que medida tal condição expressa possíveis mutações dos processos de socialização na sociedade contemporânea.

NOTAS

¹Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Economista pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Professora colaboradora da Unioeste campus de Toledo e Docente e Pesquisadora da Anhanguera Educacional. Membro do GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional. E-mail: valdericerippel@uol.com.br.

²Pós-Graduado no curso de especialização em Filosofia e Sociologia pela UNICAMPO - Faculdade União de Campo Mourão - Paraná.

³Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Graduado em Ciências Sociais pela UNICAMP e Mestre em Sociologia pela UNICAMP. Docente e Pesquisador da Anhanguera Educacional.

⁴A Escola Nova foi um importante movimento de renovação da escola tradicional. Fundamentava o ato pedagógico na ação, na atividade da criança e menos na instrução dada pelo professor. Para John Dewey, um dos idealizadores da Escola Nova, a educação deveria ajudar a resolver os problemas apresentados pela experiência concreta da vida. Assim, a educação era entendida como processo e não como produto: "Um processo de reconstrução e reconstituição da experiência; um processo de melhoria permanente da eficiência individual" (GADOTTI, 2004, p. 144).

⁵As discussões que culminaram na elaboração do currículo básico ocorreram no contexto da reabertura política, na segunda metade dos anos de 1980, quando o Brasil saía de um período de 20 anos submetido à ditadura militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio** – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000, vol. 4.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 38/2006**. Inclusão Obrigatória das Disciplinas de Filosofia e Sociologia no Currículo do Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 7 de julho de 2006.

BRASIL: **Lei Federal II.684/08, aprovada em 02/06/2008**, que alterou o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GOMES, C. A. **Educação em perspectiva sociológica**. São Paulo: EPU, 1985.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A. **Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MEKSENASS, P. O ensino de Sociologia na Escola Secundária. In: **Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação. Leituras & imagens**. Florianópolis: Universidade do Estado do Santa Catarina – UDESC, 1995.

MÈSZÁROS, I. A educação para além do capital. In: **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH-Unicamp, Campinas, 2000.

NOGUEIRA, O. A sociologia no Brasil. In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (Org.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EPU, 1981.

PARANÁ: **Lei Estadual (PR) n.º 15.228/06, de 25/7/2006**.

PARANÁ: **Deliberação nº 03/08-CEE, de 7/II/2011**.

PARANÁ: SEED, **Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Sociologia**, 2008.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. Da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, M. B. dos. **A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

SILVA, I. L. F. **Das fronteiras entre ciência e educação escolar – as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no Estado do Paraná (1970-2002)**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOCIOLOGIA: **Ensino Médio / Coordenação Amaury César Moraes**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 304 p. il. (Coleção Explorando o Ensino, v. 15).

SILVA, T. T. da. **Documento de identidade - uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

Artigo recebido para publicação em 20 de outubro de 2012.

